

ENTREVISTA | Humberto Adjuto Ulhôa

Terceiro capítulo de uma carreira de justiça

Ana Maria Campos

Na aposentadoria das funções públicas, Humberto Adjuto Ulhôa, 76 anos, está na terceira fase de sua carreira no sistema de justiça. O mineiro de Paracatu chegou ao ápice no

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), como procurador-geral de Justiça do Distrito Federal, por dois mandatos, entre 1996 e 2000, vestiu a toga como desembargador, na vaga do quinto constitucional, presidiu o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF) e agora se prepara para

advogar. Espera apenas a conclusão da quarentena, para passar a representar clientes nos tribunais, ao lado do amigo e colega Lecir Manoel da Luz, com quem atuou no MP e no Tribunal de Justiça.

Nesta entrevista ao **Correio**, Ulhôa apresenta sua posição sobre temas como o saidão de presos

para visitas a suas família, benefício que considera justo, descriminalização de porte de drogas, que avalia como uma questão de saúde pública, e espaço das mulheres em níveis de decisão, posição ainda abaixo do necessário, conforme sua opinião. Sobre o destaque de alguns magistrados do STF,

Humberto Ulhôa é incisivo: “Esse chamado protagonismo pode ser um reflexo do papel fundamental que o Poder Judiciário vem desempenhando na proteção da Constituição, ou seja, é uma parte necessária do sistema de freios e contrapesos que assegura a governabilidade democrática”.

O senhor atuou no Ministério Público e na magistratura e agora está do outro lado do balcão. Como essa experiência ajuda no papel de advogado?

Minha experiência no Ministério Público e na Magistratura me proporcionou uma compreensão profunda e abrangente do sistema jurídico. Conhecer o funcionamento interno dos tribunais, bem como a perspectiva dos magistrados e promotores, me permite uma compreensão sistêmica da defesa e facilita a sua construção, de forma ética e justa.

Em que áreas o senhor tem atuado?

Em primeiro lugar, quero deixar registrado que estou tendo uma satisfação muito grande em atuar ao lado do meu ex-colega de Ministério Público e do Tribunal, Dr. Lecir Manoel da Luz, que junto com seu sócio Wilson Sahade, estão me introduzindo na advocacia gradativamente, em diversas áreas, mas sempre respeitando a quarentena do TJDF que termina no ano que vem.

Pode citar uma decisão como desembargador que, a seu ver, tenha marcado sua trajetória no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios?

Não posso citar uma decisão específica, pois sempre procurei dar a mesma importância para todos os processos que julguei, como consequência de um Judiciário independente e comprometido com a justiça.

E no Ministério Público? Qual caso nunca esquecerá?

Também não consigo destacar um caso específico em minha atuação no Ministério Público, pois sempre tratei de todos os

casos com a mesma importância e imparcialidade, mas lembro com muita saudade quando tive a honra de ocupar o cargo de procurador-geral de Justiça, ocasião em que após a inauguração da sede própria do MPDFT, implementamos a informatização de todos os setores e criamos diversas promotorias especializadas, o que aumentou significativamente a eficácia no combate ao crime.

Qual a diferença do Judiciário do início de sua carreira para o de hoje?

O Judiciário vem evoluindo significativamente, especialmente no âmbito da modernização tecnológica que agilizou muitos processos, tornando o acesso à justiça mais rápido e eficiente. Além disso, houve um avanço na formação e especialização dos magistrados, bem como uma maior sensibilidade às questões de direitos humanos e garantias fundamentais. No entanto, um desafio persistente é o excesso de processos, que resulta no abarrotamento dos tribunais.

Acha que faltam mulheres nos espaços de destaque do Judiciário?

Sim, ainda há uma sub-representação de mulheres nos espaços de destaque do Judiciário, muito embora pelo progresso que estamos acompanhando, eu tenha fé que isso é questão de tempo para que ocorra a paridade de gênero.

O que acha da visão garantista no Judiciário, que privilegia os direitos individuais em detrimento dos coletivos?

A visão garantista é essencial para a proteção dos direitos individuais e das liberdades civis, mas o grande desafio é encontrar um equilíbrio entre os direitos individuais e os interesses coletivos. O

Divulgação



problema da segurança pública não pode ser confundido ou atribuído ao garantismo.

Acredita que a democracia do nosso país corre riscos?

A democracia é um processo contínuo, e por isso o Poder Judiciário deve manter vigilância constante. Penso que hoje já não temos mais riscos, mas para isso temos que ter ações sistêmicas, que passam por diversas áreas, como o próprio fortalecimento da profissão do jornalista e a conscientização dos líderes políticos como requisito de elegibilidade.

Como vê o protagonismo de alguns ministros do STF?

Essa percepção de que alguns ministros seriam protagonistas decorre do fato de que alguns receberam a relatoria de temas sensíveis, mas no final de tudo quem tem a última palavra é o Órgão Colegiado, motivo pelo qual não enxergo um protagonismo individualizado. Aliás, esse chamado protagonismo pode ser um reflexo do papel

fundamental que o Poder Judiciário vem desempenhando na proteção da Constituição, ou seja, é uma parte necessária do sistema de freios e contrapesos que assegura a governabilidade democrática.

Acha que o Ministério Público perdeu credibilidade depois da Operação Lava-Jato, com os ataques que a investigação sofreu nos últimos tempos?

A Operação Lava-Jato é um caso que deve ser objeto de muito estudo para evitarmos o cometimento dos mesmos erros, pois algumas ações durante a operação tiveram impactos negativos consideráveis em grandes empresas brasileiras, especialmente no setor da construção civil. O enfraquecimento dessas empresas teve repercussões econômicas significativas e o setor ainda sente os efeitos dessa desarticulação. É fundamental que futuras operações considerem estratégias que combinem o necessário e incansável combate à corrupção com medidas que preservem direitos fundamentais e a proteção das

empresas, evitando danos colaterais desnecessários.

O senhor é favorável ao saidão de presos que cumprem penas nos presídios para visitar parentes?

Sou, pois o “saidão” é uma medida que visa a ressocialização dos presos, permitindo que mantenham vínculos familiares e sociais, mas devem ser seguidos critérios rigorosos de avaliação e monitoramento, garantindo apenas aos presos que realmente preencham os requisitos de bom comportamento, não de forma indiscriminada.

E da descriminalização do porte de drogas?

A descriminalização do porte de drogas não deve ser confundida com o combate ao tráfico de drogas, ou seja, o usuário deve ser tratado como problema de saúde pública, enquanto o tráfico de drogas deve continuar a ser combatido de forma rigorosa.

Temos visto muitos embates entre promotores e advogados que acabam em vídeos nas redes sociais. O que aumentou: a intolerância, o embate ou a divulgação desses conflitos?

É possível que a divulgação desses conflitos tenha aumentado com o advento das redes sociais, onde qualquer incidente é amplamente compartilhado. No entanto, também há uma percepção crescente de intolerância e embates mais acalorados, o que é absolutamente desnecessário, tal como ocorre com as tensões sociais e políticas atualmente. O bom trato é essencial no direito e acredito que tanto a OAB, quanto os demais conselhos (CNMP e CNJ) devem ficar atentos para reprimir esses fatos.